

O PREÇO DA CRISE

Carlos Guzzo

O agravamento da crise externa, a partir do colapso dos países do Sudeste Asiático, em outubro de 1997, e a recente moratória da Rússia tem exigido cada vez mais dos países emergentes uma redução das suas vulnerabilidades. Essas vulnerabilidades passam pelos déficit de conta corrente, déficit público, desorganização e fragilidade do sistema financeiro, instabilidade política e social, dentre outros.

O Brasil tem sido alvo de especulações no cenário internacional principalmente devido aos déficits em conta corrente e ao déficit público, os chamados "déficits gêmeos". O equacionamento de ambos é extremamente importante para reduzir as desconfiças em relação ao país. Na teoria, todos defendem o equilíbrio das contas públicas, tarefa extremamente trabalhosa e difícil de ser realizada, mas altamente recompensadora do ponto de vista da austeridade e da seriedade daqueles que conduzem conscientemente um programa de estabilização.

Na prática, os oportunistas continuam a defender uma "desvalorização" no câmbio, como o caminho mais rápido para solucionar o déficit em contas externas.

Evidentemente não se pode negar a necessidade de contínua e gradual correção no câmbio. Espera-se que o governo, diante de uma crise administrada como a atual, continue optando pelo caminho mais trabalhoso, que é o de ajustar as contas públicas, pois este sim será um patrimônio que permitirá o país amadurecer e crescer sobre fundamentos econômicos mais sólidos.

A alternativa cambial demonstraria que cedemos ao argumento fácil de mexer na taxa de câmbio, diante das primeiras dificuldades. Temos que considerar que as consequências previsíveis nesse caso não têm sido positivas se analisarmos o que vem acontecendo com os países emergentes asiáticos, a

partir da desvalorização de suas moedas no final de 1997. Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia deverão ter crescimento semelhante. O Brasil, sem equilíbrio nas suas contas públicas, não poderia se aventurar por este caminho.

A deterioração sensível das contas públicas, num momento de agravamento do quadro das finanças internacionais, levou o governo a anunciar metas fiscais para a redução do déficit público nominal, a partir da melhoria do resultado primário.

A adoção de um programa fiscal que viabilize as contas públicas, antes de ser uma demonstração aos

investidores externos da capacidade do país em reverter suas vulnerabilidades, é essencialmente uma demonstração de austeridade e consequente seriedade no tratamento dos recursos que o governo administra — recursos públicos. Além disso, ataca o déficit da Previdência Social, procurando, mesmo que tardiamente, minimizar algumas das distorções do sistema previdenciário público.

O próximo passo será reconduzir as taxas de juros o mais rápido possível a patamares mais civilizados. Os índices atuais são altamente nocivos às contas públicas, seja diretamente, com o endividamento do governo, seja indiretamente, limitando o crescimento da atividade econômica reduzindo, consequentemente, a receita da União.

A opção do governo em adotar um programa de estabilização fiscal, mesmo com consequências amargas para a economia como um todo, deverá constituir uma nova âncora para economia brasileira e é extremamente positiva e correta. O equilíbrio fiscal permitirá taxas de juros mais civilizadas e um crescimento sustentável da economia, esta sim uma terceira e definitiva âncora para economia brasileira.

A opção do governo em adotar um programa de estabilização fiscal, mesmo com consequências amargas para a economia, é extremamente positiva e correta.

■ Carlos Guzzo é superintendente de estudos econômicos do Banco Pontual